

14

Desafios da inclusão do público da educação especial nas séries iniciais da Escola Estadual Araújo Filho no ano de 2020 no município de Parintins-Amazonas

Challenges for the inclusion of the special education public in the initial series of the State School Araújo Filho in the year 2020 in the city of Parintins-Amazonas

Rosângela Gonçalves Chagas

Professora Graduada em Normal Superior – Universidade Estadual do Amazonas – UEA

Mestre em Ciência da Educação – Universidade Del Sol- UNADES

<https://orcid.org/ID:0000-0002-2509-6286>

DOI: 10.47573/aya.5379.2.89.14

RESUMO

A educação é o caminho que conduz o indivíduo a mudanças que garanta a oportunidade de ascensão nos diversos campos da existência humana. Deste modo, todos os cidadãos têm direitos a essa qualidade promissora de melhorias e avanços. Assim se destaca a educação para a pessoa com necessidades específica que tem direito a uma educação que corrobore com sua vida futura de maneira significativa. Logo, a educação especial integra meios de facilitar a especificidade do aluno no eixo da educação inclusiva, ou seja, dá oportunidade de instruir-se por meio da convivência e respeito pelo diferente. Temos a sensação de estarmos falando da mesma coisa, porém o entendimento diante da educação especial é concebê-la como aquela que define a lei garantindo direitos, a educação de pessoas com necessidades especiais e a educação inclusiva é aquela que inclui o aluno no recinto escolar respaldado nos direitos e garantias da lei da educação especial. Pelo exposto, o presente trabalho de pesquisa objetivou-se desvendar os desafios da inclusão do público da educação especial nas séries iniciais de uma escola do município de Parintins/AM que trouxe dentro da temática questões que nortearam o estudo em torno da lei da educação especial e inclusiva, além de investigar causas e fatores que interferem na caminhada estudantil, as metodologias utilizadas e o processo ensino aprendizagem do aluno especial no recinto sala de aula. No entanto, os eixos em questão, demonstraram que o percurso da inclusão perpassa por entendimentos de superação, valorização e melhorias que qualifica a formação do estudante especial.

Palavras-chave: educação especial. inclusão. fatores. ensino aprendizagem.

ABSTRACT

Education is the path that leads the individual to changes that guarantee the opportunity for ascension in the various fields of human existence. In this way, all citizens have the right to this promising quality of improvement and advancement. Thus, education for people with specific needs, who have the right to an education that will contribute to their future life in a significant way, stands out. Therefore, special education integrates means to facilitate the specificity of the student in the inclusive education axis, that is, it gives the opportunity to be educated through coexistence and respect for the different. We have the feeling that we are talking about the same thing, but the understanding of special education is to conceive it as the one that defines the law guaranteeing rights, the education of people with special needs, and inclusive education is the one that includes the student in the school environment supported by the rights and guarantees of the special education law. Therefore, this research paper aimed to unveil the challenges of inclusion of the public of special education in the early grades of a school in the city of Parintins / AM that brought within the theme issues that guided the study around the law of special and inclusive education, in addition to investigating causes and factors that interfere with the student journey, the methodologies used and the teaching-learning process of the special student in the classroom. However, the axes in question showed that the path of inclusion goes through understandings of overcoming, appreciation and improvements that qualify the special student's education.

Keywords: special education. inclusion. factors. teaching and learning.

INTRODUÇÃO

No processo educacional também se reflete e discute sobre a inclusão educativa de maneira integral, onde o público da Educação Especial seja olhado por sua capacidade e potencial, mas mesmo assim, há desafios que operam na história dos discentes, principalmente em sala de aula, que precisam ser estudadas, conhecidas, debatidas e configuradas dentro daquilo que consiste em o conceito processual do ensino aprendizagem de forma integral e significativa para o estudante.

Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, reforçando a importância dos ambientes heterogêneos para a promoção da aprendizagem de todos os alunos. MEC/SEESP (2007, p. 9).

Assim, a temática espera por meio do resultado, ajudar a desenvolver a compreensão acerca do público da Educação Especial no espaço que ocupa dentro e fora da escola, com mais consciência da capacidade autônoma de formação e conhecimento do discente, além de buscar a igualdade de inclusão no aprimoramento pessoal e intelectual desse público de maneira expressiva e que contribua para melhorar a forma de engajamento que o integra no vínculo de uma sociedade educativa com atitudes mais eficientes.

Quando se fala em inclusão, se imagina as diversas maneiras de introduzir o indivíduo ao meio humanitário que possa integrar e interagir sua vida ao pleno desenvolvimento pessoal, educacional, cognitivo e social. Além de oportunizá-lo as diversidades exploratórias das inúmeras descobertas e experiências que possam contribuir com seu crescimento intelectual.

Nesse contexto, a temática em evidencia busca contribuir com a Educação Básica no Município de Parintins Amazonas, se propondo investigar os motivos, causas e consequências que interferem e desafiam a inclusão do público da Educação Especial que é recebido na rede estadual no que tange a relação às condições ambientes, dificuldades e adaptações ao convívio escolar; e, quais os desafios dos educadores na promoção desse aluno acerca do processo ensino aprendizagem, conhecimento do diagnóstico e metodologias docente utilizadas para atendê-lo dentro de sua necessidade específica em sala de aula.

HISTÓRICO E CONCEITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Para entender melhor a educação especial dentro de seu contexto histórico cultural, social e educacional, se busca conhecer a caminhada que percorreu para chegar ao ponto de abrangência dos quais se estuda nos dias de hoje, tendo um olhar na expressão do termo deficientes usados em várias épocas da vida humana ao termo necessidades especiais e público alvo da educação especial utilizados atualmente. Assim, a compreensão viaja na história buscando a concepção do que seja a educação especial, mas para isso, precisa entender os fatos de como começou o processo. Sabe-se que desde os primórdios quando as crianças ainda não tinham esse valor humano reconhecido como pertencentes a uma sociedade, se elas nascessem com alguma deficiência eram retiradas do seio social e suas vidas eram ceifadas, ou seja, já nascia condenada à morte, por não terem “aquilo” que na época os homens consideravam como espírito de perfeição humana. Segundo Tomporoski, Lachman, Bortolini (2019) enfatizam que:

Na Antiguidade, a preocupação da sociedade, ou melhor, do homem em si, relacionava-se àquilo que na época se considerava perfeição. Para eles, a beleza física e o porte atlético eram fundamentais. Portanto, os deficientes físicos ou mentais eram considerados imperfeitos, sendo vistos como outra raça. Pode-se dizer que, afinal, não havia nenhuma interação dos deficientes. Deficientes físicos e mentais eram relegados por toda a sociedade. Os maus tratos, o abandono e o extermínio eram frequentes, no princípio da Era Cristã, na Roma Antiga. Já na Grécia Antiga, as crianças que possuíam algum tipo de deficiência eram escondidas e até mesmo sacrificadas.

Nesse contexto, se observa a grande exclusão das pessoas com deficiências, marcando o período histórico de luta dessas pessoas por sobrevivência, não era nem direitos cidadãos ou algo do gênero, mas direito de viver e continuar existindo, de demonstrar que a vida dependendo das circunstâncias físicas ou mentais precisava ser resguardada. Porém, na antiguidade a interpretação era diferente, as concepções sociais, filosóficas e religiosas eram outras, a tendência de enxergar a diferença como “anormal” imperava no conceito civil da época, então, crianças com deficiências eram consideradas pertencentes à outra raça de gente, os impuros, imperfeitos que tinham nascidos com castigos divinos, por isso, deveriam ser sacrificadas ou eliminadas do contexto da sociedade. Xavier (2016, p. 88) ressalta que:

Em Esparta, nesse contexto, as crianças, ao nascerem doentes ou com alguma deficiência, eram jogadas de um despenhadeiro ou adotadas por um hilita. Caso fossem sadias e do sexo masculino, ao completarem 7 anos de idade, eram entregues ao Estado para serem treinadas nos estabelecimentos militares. As meninas ficavam com as mães para aprenderem as atividades domésticas. Os meninos, ao completarem 12 anos, dedicavam-se às práticas esportivas e, ao completarem a maioridade, recebiam treinamentos rigorosos de preparação para a guerra.

Dessa maneira, não se pode conceituar a educação especial no contexto atual, sem antes saber seu processo histórico social no sentido de refletir o passado e o presente em relação à situação da pessoa com deficiência, onde sua história nessa caminhada de existência foi marcada por profundas crueldades do ser humano, pelo pensamento de julgamento ao estilo de vida social, observando que a exclusão além de ser condenatória ao deficiente era massacrante em termo de atrocidades. Nesse período, as crianças não serviam para nada e quando cresciam se pudessem, eram postas como linha de frente nas guerras para serem eliminadas, banidas, viviam o extermínio, ou seja, a vida nunca lhes foi favorável em nenhuma das circunstâncias, o chocante da exclusão social da época, era a visão distorcida da situação, quando um militar considerado normal estava em combate na guerra que viesse a ser acometido por um acidente de guerrilha e perdesse um de seus membros, este era considerado um herói e tinha ajuda do estado recebendo todo o apoio necessário à sua sobrevivência; enquanto que o deficiente se acontecesse algo do gênero, ele era sacrificado. Logo, diante de tal circunstância pode se perceber a controvérsia de valores humanos existente nesse período. Corcini e Casagrande (2016, p. 5) confirmam que:

Já nos países europeus, na Idade Média, os deficientes eram associados aos demônios e aos atos de feitiçaria. Por esse motivo eram perseguidos e mortos. Faziam parte da categoria dos excluídos, devendo ser afastados do convívio social ou ser sacrificado. Havia posições ambíguas “Uma seria a marca da punição divina, a expiação dos pecados; outra dizia respeito à expressão do poder sobrenatural, ou seja, o acesso às verdades inatingíveis para a maioria”. (FERREIRA, 1994, p. 67).

Deste modo, como se vê, cada período escreveu sua história no tempo ao se tratar das pessoas especiais, e como se percebe, história nada agradável. Na Idade Média até por meados do século XVIII essa temporada tem uma narrativa bem sombria, foi uma época considerada tenebrosa, de muitas mortandades de pessoas com deficiências, devido desconhecimento de

causa; porém, na própria Idade Média com o passar dos anos diante dessa situação atroz, começou a divergir os conceitos em relação à vida dos deficientes por vertentes diferentes, uma sobre ação do amor ao próximo por parte de religiosos Franciscanos, Beneditinos, Carmelitas e outros que os ignoravam criando desrespeitos e repelindo-os ao julgo da marginalização; esses fatos começam a marcar um novo período histórico. Anção (2008, p. 18,19) explica que:

Com advento do cristianismo, na Idade Média, e a conseqüente constituição e fortalecimento da Igreja católica, o cenário político alçou gradativamente um novo segmento: o clero. Pessoas doentes, defeituosas, com deficiência física, sensoriais e mentais, não mais podiam ser exterminadas, em função da assunção das ideias cristãs já que também eram criaturas de Deus. No entanto, essas pessoas eram aparentemente abandonadas à própria sorte, e dependiam da boa vontade da caridade humana para sobreviver. Entretanto, da mesma forma que na Antiguidade, alguns continuavam a ser “aproveitados” como fonte de diversão, como bobos da corte ou material de exposição.

Nesse contexto, os deficientes passaram a receber proteções além dos familiares, por parte de uma minoria da sociedade, religiosos dos conventos e mosteiros que fizeram grande diferença de benefícios a eles, quando os escondiam para não serem mortos e os protegiam lhes dando abrigo e alimentação, mesmo assim, permaneciam enclausurados diante da sociedade, mas essas ações tão insignificantes do ponto de vista histórico em defesa dessas pessoas, possibilitaram outros valores conceptivos pelos homens em relação às suas atitudes, até mesmo na própria religião, que por um longo período os consideravam como predominantes às possessões diabólicas, detentores do mal, por isso, eram torturados e mortos como hereges. Já no início do Renascimento, na transição entre a Idade Média e a Idade Moderna ressalta-se que as ações sociais feitas por religiosos abriram espaço para enxergar o deficiente que ainda vivia à margem da sociedade por uma ótica não mais das superstições, mas como pessoas que necessitavam de cuidados humanitários, médicos, assistências e educacionais. De acordo com Fernandes (2010, p. 15,16) afirma que:

A partir da análise científica da Modernidade, a deficiência passou a ser vista como uma condição biológica, que demandava tratamento adequado e reabilitação. Esses indivíduos foram então inseridos em instituições marcadamente assistencialistas e segregacionistas, construídas longe dos centros urbanos e afastada da família, sendo, portanto, privados dos seus direitos à liberdade. A preocupação pedagógica surgiu posteriormente, a partir do séc. XIX, com a reunião de médicos, religiosos e profissionais, a fim de estruturar uma educação especializada, fundamentado em diagnóstico médico, psicológico e pedagógico. Os alunos com deficiência eram, a princípio, encaminhados para escolas ou classes especiais conforme um modelo ainda segregador.

Neste contexto histórico, se constrói uma visão tão triste acerca da pessoa deficiente, o quanto essa discriminação contribuiu negativamente na vida dessas pessoas junto à inserção e conjuntura social e educacional que até aos dias atuais se reflete essa negatividade. Essa predominância em tratar o deficiente como “incapaz” ainda tem relação com a precariedade e condição vital que recebiam por parte de cada período histórico. Foram fases cruéis que marcaram essas pessoas. Segundo Silvano (2009, p. 16) afirma que:

A revista Nova Escola on line, aborda este tema mostrando como se tratavam os deficientes em todas as épocas. Na Idade Moderna, com respostas mais racionais, procuraram-se explicações mais científicas para as deficiências, excluindo a ideia de possessão. Começam assim a surgir os asilos manicomial para manterem afastados os “loucos” dos olhos da sociedade “sã”. Na época o pensamento era que, “Uma sociedade cheia de normas e regras não pode admitir em seu meio alguém ‘anormal’, desregrado”.

De acordo com o exposto, percebe-se, que foi a partir da Idade Moderna que algumas condições de cunho precário foram sinalizadas em favor dos deficientes, ou seja, a abrangência

da racionalidade que se abominava a ideia de possessão. Porém nesse campo também de discussão, abre-se a imaginação para a condição de agregamento independentemente da situação humana vivida pelo deficiente devido o preconceito social.

Em controvérsia a essa postura, a partir da Idade Contemporânea, houve avanços históricos, onde o véis dessa visão começou a desenvolver-se um pouco mais, porque durante esse período consta que a primeira guerra entre (1914 - 1918) e a segunda guerra mundial de (1939 -1945), contribuíram para que grandes números de pessoas como os combatentes fossem mutilados e se tornassem deficientes, ou seja, exigindo dos governantes estatais outra postura em relação ao que se via como “deficiência”. Yaraian e Destro (2018, p.10) Salientam que:

Somente no século XX houve efetivamente a preocupação com o bem-estar e a devida inserção da pessoa com deficiência na sociedade. Em busca de melhores condições, foram realizados conferências e congressos em vários países, versando sobre temas como as “Crianças Inválidas – 1904”, “Congresso Mundial dos Surdos – 1909” e a Conferência sobre “Os Cuidados de Crianças Deficientes – 1909”. Os avanços, porém, foram interrompidos pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Nessa perspectiva, a partir dessa condição caótica vivenciada no mundo com os resultados das guerras, os direitos humanos não só na Europa, mas também em toda América inicia-se a luta por igualdade dessas pessoas tidas como “deficientes” em várias áreas de suas vidas, ou seja, a busca pela justiça em favor de direitos, e paralelo a isso, se começa ajustar também a vida dos deficientes naturais àqueles que nasciam com certas dificuldades e ficavam à margem da sociedade devido suas condições humanas.

Essa maneira de como eram notados no contexto existencial da sociedade mundial, os “deficientes natos” se promovem com alguns “direitos” como assistencialismo governamental, saúde com cuidados médicos de psicólogos e psicanálises, além da educação especializada segregadora que correspondia a uma escola somente para pessoas dessa natureza, reforçando a exclusão que se prolongou nessas condições por muitos anos no século XX, onde após lutas por parte de famílias, religiosos, educadores, conseguiram avançar irrisoriamente em suas conquistas, principalmente na área educacional. Para Ribeiro e Casa (2018, p.36) asseguram que:

Ao discutirmos as concepções e práticas relacionadas ao contexto histórico em que se estabeleceu a educação especial, podemos verificar que ao longo da história as sociedades têm se relacionado de maneira diferente com as pessoas com algum tipo de deficiência. Conforme apresentado por Fernandes (2013), a história da educação especial pode ser dividida em 4 grandes fases: 1. Período do extermínio; 2. Período da segregação/ institucionalização; 3. Período de integração; 4. Período de Inclusão.

Deste modo, a compreensão pela qual a história mostra a vida em sociedade dos deficientes em sua caminhada terrena tem um papel muito importante na concepção dos dias atuais, principalmente dentro do contexto educativo, que demonstra procurar entender esse conjunto de situações que imperaram e ainda imperam diante das pessoas com necessidades especiais. A interpretação remete a reflexão de não só ver a deficiência da pessoa, mas o que seria possível em suas necessidades básicas e específicas. A partir dessa conjuntura histórica muito verdadeira de sofrimentos e torturas, a educação para essas pessoas que vem cravando essa agonia não pode continuar sendo limitada ou insignificante, precisa sim, ter um respaldo de valor que aperfeiçoe a melhoria de contextos histórico, social e educacional.

A Educação Especial no contexto do estado do Amazonas

O Amazonas é um dos estados brasileiros que conta sua história com início ao processo da educação dos alunos com limitações específicas da mesma forma como acontecia em todo o Brasil, sem atenção e credibilidade às pessoas com dificuldades próprias.

Porém, também narra uma situação bem caótica acerca dos deficientes, desde os primórdios de seu desenvolvimento, onde parte de sua população de origem (indígena) fazia o extermínio da criança que nascia com problema em determinadas tribos, e isso, era considerada por muitos historiadores como cultura, ou seja, a exclusão fazia parte do contexto étnico nativo, conhecido como o “infanticídio indígena”; outra parte da população amazonense que não pertenciam a nenhuma etnia, a discriminação às pessoas com deficiência era bem expressiva e, por conseguinte, sem assistência. Como afirma Garcia (2010, p. 26) ao relatar que:

As crendices e superstições associadas às pessoas com deficiência continuaram a se reproduzir ao longo da história brasileira. Assim como os curandeiros indígenas, os “negro feiticeros” também relacionavam o nascimento de crianças com deficiência a castigo ou punição. Na verdade, mesmo para doutrinas religiosas contemporâneas, até as deficiências adquiridas são vistas como previamente determinadas por forças divinas ou espirituais. Não vamos explorar essa questão, mas vale o registro desse aspecto que, de certa forma, é uma contradição com o paradigma social e dos direitos humanos com que se tem tratado esse assunto.

Nesse sentido, não vamos nos deter nesses acontecimentos já conhecidos. Os fatos ocorridos percorrem relatando não ser distinto de outros tempos e lugares em relação a essas pessoas, porém hoje, como na maioria dos estados do Brasil, o Amazonas escreve uma história diferente. Observa-se que a educação especial no contexto amazonense também se apresentou por amplos desafios que marcaram seu percurso.

O grande entrave bem distinto que prejudicava o processo educativo em várias áreas de modo geral no estado, era a demora em que a educação custava acontecer, ou seja, se firmar na vida dos amazonenses, passavam-se anos para que as adequações e concretizações de ações se aprimorassem ao processo educacional estadual em termo de Brasil e tal circunstância não era satisfatória em progresso humanitário e educacional, haja vista, o tamanho das necessidades que emergiam em vários campos do conhecimento de cunho escasso que se tinha no território. Diante das Leis que se consolidavam em todo o país, que exigia a adequação dos direitos a inclusão dos alunos ao meio institucional de ensino, veja o que relata sobre a condição e situação da educação especial no estado o Plano Estadual de Educação do Amazonas - PEE/AM (2008, p. 66) que diz:

A Legislação Brasileira quanto à questão está na vanguarda do tema, em termos de direitos anunciados. O paradigma perseguido é o da Inclusão (conforme aponta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996 e o documento Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Especial na Educação Básica). Na legislação é declarado que o atendimento deve se dar preferencialmente na rede regular de ensino, no entanto, o atendimento real ainda é extremamente precário. O Plano Nacional de Educação, no capítulo que trata da Educação Especial, apontou a necessidade de ampliação deste tipo de atendimento, entretanto, o atendimento a este alunado específico continua extremamente deficitário: as escolas continuam desaparelhadas para este tipo de atendimento e os professores continuam não habilitados para lidar com estas crianças e jovens. Certamente milhares de crianças e jovens são colocados à margem do sistema escolar, sem o direito naturalmente humano de desenvolver suas potencialidades e sua cidadania de maneira plena.

De acordo com o exposto, o Amazonas acompanha e segue em sua história educacional

as orientações das leis e diretrizes da educação especial adotada no Brasil. E através PEE/AM em documentos indicava a sua realidade acerca da demanda existente desde sempre no estado e a morosidade das leis federais para suprimentos do que se exigia na LDB 9.394/96 aos direitos do público com necessidades específicas.

Por ser uma área com grande dimensão territorial de longínquos lugares municipais que apresentam dificuldades expressivas acerca da educação em cada localidade, principalmente em relação à educação especial, onde ainda hoje, passa por obstáculos no que tange o aperfeiçoamento de suas leis, tem se esforçado e buscado se adequar em relação à melhoria e qualidade do ensino às pessoas com certas limitações específicas.

Deste modo, desde a Constituição Federal Brasileira 1988, a Declaração de Salamanca de 1994, o estado também procurou se pautar em documentos que trouxessem avanços que possibilitasse a inclusão dos alunos no ambiente educativo, atualizando seus documentos em prol de uma educação consistente ao seu povo e demanda. Conforme o Plano Estadual de Educação do Amazonas - PEE/AM (2015, p. 45) que preceitua o seguinte:

O direito à educação aos alunos com necessidades especiais –deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação é assegurado na Constituição Federal de 1988, na LDBEN – Lei n.º 9.394/96, no parecer do CNE/CEB n.º 17/01, na Resolução CNC/CEB n.º 2, de 11 de setembro de 2001, na Lei n.º 10.436/02 e no Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005, na Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva de janeiro de 2008, no Decreto n.º 6.571/2008, Decreto n.º 7.611/11 que dispõe sobre a Educação Especial e dá outras providências; na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2012 e na Resolução n.º.138/2012 do Conselho Estadual de Educação do Amazonas (CEE/AM) que regulamenta a oferta da Educação Especial no Estado.

Diante do amparo legal da educação especial na perspectiva da inclusão, o Conselho Estadual de Educação do Amazonas (CEE/AM) através da Resolução nº 138/2012, que regulamenta a oferta da educação especial no estado e dá possibilidade de entrada ao aluno em sala de aula como membro daquele espaço é importante, pois abrange sua caminhada estudantil como um todo. Entretanto, se faz necessário um olhar bem mais apurado acerca dos expedientes que promovem mudanças na concepção da oferta do ensino a essa clientela, considerando outros aspectos para que a educação aconteça realmente com o objetivo que se estabelece em documento.

A reflexão oriunda de empecilhos que causam dificuldades aponta que nem sempre é possível de imediato a adequação de documentação favorável ou execução de ações que possibilite melhorias na educação especial, devido fatores de constantes mudanças principalmente nas secretarias de educação que trabalham nessa área, às vezes, nem chegam a concluir o que começaram, causando um retrocesso no setor educacional devido essas alterações profissionais. Porém, apesar dos obstáculos de diversas ordens dentro do âmbito educativo o estado tem se esforçado em fazer o melhor pelo ensino de sua gente, tem demonstrado empenho em realizar as exigências das leis de acordo com a realidade vital de sua população. O Decreto nº 10.502 de 30 de setembro de 2020 (p. 6-7) que institui a nova política nacional da educação sobre a educação especial formaliza que:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações com vistas à garantia dos direitos à educação e ao atendimento educacional especializado aos edu-

candos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A garantia dada pela lei em sua atualidade, buscando a equidade no contexto educacional à vida dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, se instrumentaliza com a documentação da Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino SEDUC/AM que normatiza as leis vigente no país por suas ações partindo de documentos norteadores que abrangem o regimento interno que integram o dia a dia das escolas estaduais, se firmando no respaldo do Plano Nacional de Educação- PNE em sua Lei nº 13.005/2014, além da Lei nº 4.183/2015 (p.18) da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas através do PEE/AM que afirma o seguinte teor:

De acordo com a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do Ministério da Educação, a inclusão deve dar-se não somente com os alunos que apresentam algum tipo de deficiência, mas também com aqueles que por motivos diversos, tem necessidades específicas que requerem um ensino diferenciado, com metodologias especiais, recursos humanos especializados e alternativas de atendimentos específicos, a fim de proporcionar-lhes condições que favoreçam sua inclusão à sociedade. Viabilizar o atendimento complementar/suplementar aos alunos com necessidades educacionais especiais é dever dos sistemas de ensino, como forma de garantir não apenas o ingresso do aluno no processo escolar, mas também, favorecer sua permanência e o êxito na sua vida de estudante.

Logo, partindo da conjuntura da educação especial diante da política educacional no Amazonas na explicação de motivos diversos que requerem atenção para sua execução de forma direta e efetiva na vida do educando, nota-se que o estado, apesar de esta seguindo os trâmites legais em documentos, ainda precisa se qualificar diretamente nas exigências presentes e futuras à melhoria e qualidade do ensino ao aluno que faz parte da inclusão, não é o bastante só documentar, precisa ter uma política prática de adequação das escolas em todas as suas ramificações pedagógicas e estruturais que contemple procedimentos legítimos a realidade do discente com necessidades específicas.

METODOLOGIA

Tem o propósito na abordagem mista ou (qualiquantitativa), acompanhando os objetivos que abrangem a pesquisa descritiva e admitindo que o investigador consiga por meio de coletas de dados às informações da situação que está sendo analisada para qualificar e quantificar as dimensões dos resultados alcançados. Na abordagem qualitativa o enfoque se deu no campo investigativo fazendo a demonstração do que se interpreta na dinâmica totalizante da realidade ou problema e ajudando a analisar, descrever e explorar a subjetividade do sujeito como objeto da pesquisa, ou seja, buscando entender o objeto pesquisado, registrar e demonstrar a qualidade do processo em si.

O enfoque quantitativo se baseou na técnica de mensuração de estatísticas para quantificar as informações obtidas com clareza, utilizando-se dos recursos de gráficos, percentuais e tabelas no tratamento dos dados alcançados pela investigação.

A pesquisa abrange também o nível descritivo que objetiva apresentar por meio de relatos as particularidades dos fatos e situações problemas observados no contexto do público da inclusão das séries iniciais, onde se estabelecem as relações entre as suas variáveis. Esta pesquisa faz a utilização de técnicas padronizadas como o questionário para obtenção das coletas

de dados. Gil (2008, p. 47)

Desenho de Investigação (Triangulação concomitante)

A investigação foi empregada no método hipotético indutivo que se aprofunda no mundo dos fatos em estudo onde são analisados a partir de uma realidade existente, com a finalidade de descobrir as causas que se manifestam em determinadas situações problemas que interferem no objeto de pesquisa. Por esse método, o pesquisador objetiva desenvolver dois processos investigativo o da observação e da comparação, procurando aproximar os fatos e fenômenos que estão em verificação com a verdade existente daquilo que se deseja conhecer.

Assim, quando as premissas são verdadeiras, o melhor que se pode dizer é que a sua conclusão é, provavelmente, verdadeira. Lakatos (2003, p. 85) Por este método a pesquisa argumenta e demonstra os resultados comprobatórios apontados fazendo a discussão do objeto com a natureza observada e a análise de possíveis soluções para o alcance dos objetivos traçados.

DESCRIÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

Na Zona Norte da cidade de Parintins – Amazonas, está localizada a Escola Estadual “Araújo Filho” precisamente à Rua Rui Barbosa, 110 – Centro. Frente para o Rio Amazonas e próxima às margens área hidroviária do porto de Parintins local de muita movimentação que acompanha outros componentes que a circundam como comércios e bancos. O educandário faz limite à esquerda, com a Rua: Jonathas Pedrosa, à direita com vizinhos e a Rua Gomes de Castro, e ao fundo com a Rua: Benjamin da Silva.

A escola tem um processo histórico educacional vasto dentro do município, por ser a primeira instituição educativa criada por José Pedro Cordovil fundador do município que cedeu o espaço que antes fora sua casa, para ser a escola. Ela acompanha a criação da cidade em todos os aspectos econômico, social, cultural e educacional. No processo educativo sua procedência foi ser a primeira escola do Sexo Masculino, depois do Sexo Feminino, em seguida se transformou em Grupo Escolar Misto atendendo meninos e meninas e finalmente regularizou-se como escola estadual que hoje atende os alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental I e II Ciclo (1º ao 5º ano).

RESULTADO E DISCUSSÃO

O procedimento de aplicação do instrumento de pesquisa foi estruturado por meio do questionário com perguntas fechadas e abertas entre os meses de setembro a outubro de 2021.

No primeiro momento foi feito junto a equipe pedagógica e secretária da escola, o levantamento de dados dos alunos com diagnósticos especiais que fazem parte da inclusão em sala de ensino regular de 1º ao 5º ano. Em seguida, procurou-se conversar com os participantes envolvidos na pesquisa para obtenção de informações e a aplicação do questionário.

Na sequência, o questionário que foi aplicado entre os dois turnos Matutino e Vespertino, salientando à participação de pais de estudantes menores de idade que fazem parte da educação especial inclusiva na escola, professores da sala do ensino regular ou comum, professo-

res acompanhantes de apoio e auxiliar da vida escolar e professores da sala multifuncional de Atendimento Educacional Especializado – AEE. Na continuidade do processo, o instrumento de pesquisa foi recolhido para apreciação das informações e tabulação dos dados.

Análise dos dados

Em observação e análise das respostas no contexto da sistematização e tabulação dos dados que foram informados e, por conseguinte, na descrição da dialética e comprovação dos resultados encontrados, a pesquisa indica em sua procedência, a parte científica da amostragem que conseguiu extrair por meio do instrumento direcionado aos participantes, onde os dados conclusivos que aferiram o estudo em si dos desafios da inclusão na educação especial nas séries iniciais de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, a temática abrangeu os dois turnos Matutino e Vespertino que englobam os alunos com especificidades diversificadas dentro da inclusão como TEA, DI, TDAH e TOD.

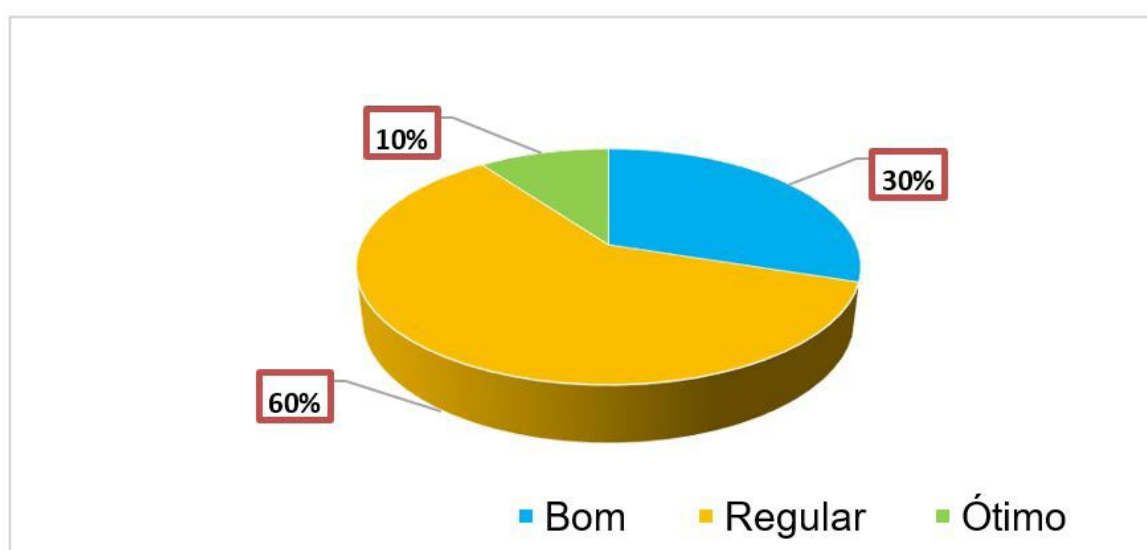
Deste modo, no detalhamento dos resultados de acordo com o objetivo, a pesquisa descreve as dificuldades pedagógicas encontradas junto aos professores da sala comum, que interferem no processo de inclusão do público alvo da educação especial das séries iniciais. Além de relacionar as questões atitudinais dos atores escolares para o atendimento das especificidades dos alunos público alvo da Educação Especial das séries iniciais da escola estadual Araújo Filho, no ano 2020.

Assim como, detalhar as metodologias de ensino utilizadas para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. No primeiro momento a pesquisa se deteve nas respostas fechadas dos questionários aplicados.

Resultados Integrais da Pesquisa

Analisando as respostas dos professores do ensino regular ou sala comum.

Gráfico 1 - A inclusão na escola/sala de aula

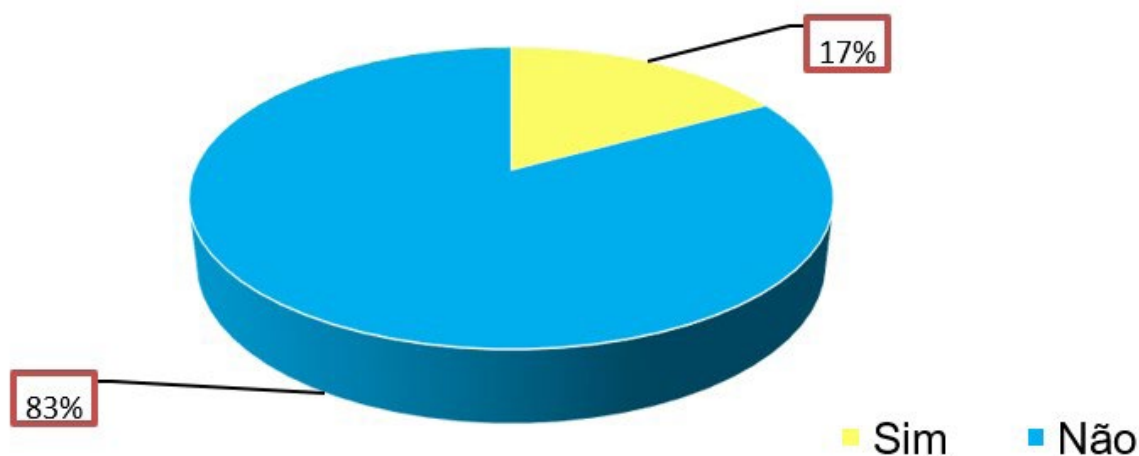


Fonte: Chagas. Rosangela Gonçalves das (2021)

No resultado em evidencia se observou que a inclusão dos alunos especiais na escola

é vista pela maioria dos docentes num conceito regular principalmente na parte pedagógica em sala de aula, pois consideram que a abrangência do aluno no contexto educativo precisa de adequação em vários segmentos estruturais, didáticos e sociais.

Gráfico 2 - Estrutura física do educandário ao processo de inclusão



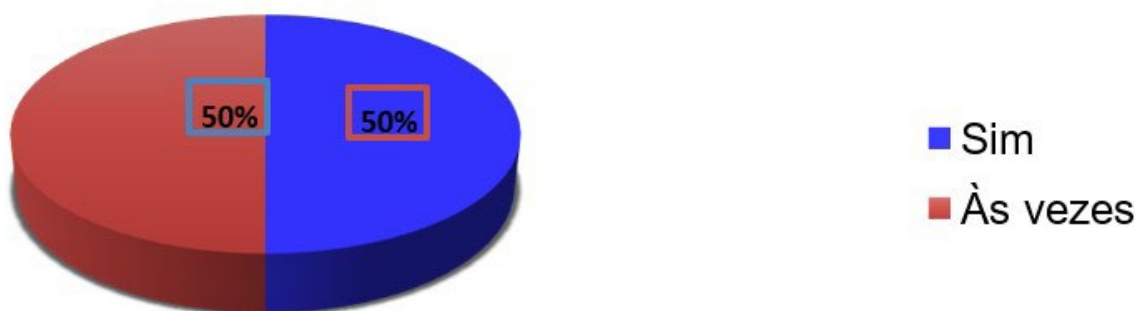
Fonte: Chagas. Rosangela Gonçalves das (2021)

A pesquisa apresenta que na infraestrutura do educandário, esse fator foi analisado quase que unanimemente, 90% alegando não, uma vez que a mesma não favorece a inclusão em sua plenitude de direito assegurando a acessibilidade e outras vantagens necessárias ao processo ensino aprendizagem do estudante como a ida e vinda aos espaços que lhe garanta segurança de locomoção, 10% afirmaram sim, mas a escola necessita de ampliação em sua estrutura.

No terceiro questionamento em que a pesquisa inqueriu saber se os professores se sentiam preparados profissionalmente com aparatos necessários para desenvolver o processo ensino aprendizagem dos alunos da educação especial, incluso em sala de aula, com metodologias de ensino adequada, conhecimentos de causas, materiais pedagógicos, cursos de formação e outros

Os professores descreveram o seguinte resultado: 50% disseram não estarem preparados profissionalmente e 50% alegaram que às vezes.

Gráfico 3 - Preparo profissional e metodologias adequadas ao processo de inclusão.

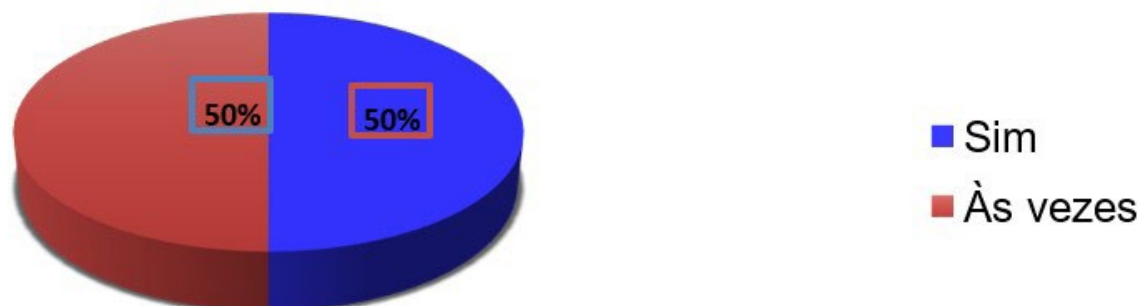


Fonte: Chagas. Rosangela Gonçalves das (2021)

Diante do exposto, se analisa a condição emocional e profissional do professor em relação a inclusão do aluno em sala de aula, que também necessita ser considerada, pois o profes-

sor precisa de amparo pedagógico e metodológico para desenvolver a inclusão a contento aos discentes, caso não seja dada a devida atenção à problemática, os prejuízos continuarão interferindo no processo ensino aprendizagem. A pesquisa buscou saber ainda, se o professor recebe apoio de cunho didático pedagógico para desenvolver o processo de ensino aprendizagem aos alunos da inclusão.

Gráfico 4 - Apoio didático pedagógico para desenvolver o processo de inclusão.



Fonte: Chagas. Rosangela Gonçalves das (2021)

O gráfico 4 mostra o resultado adquirido de 50% para sim e 50% às vezes, isso revela que metade dos docentes não tem assistência necessária para desenvolver o trabalho da inclusão com aparatos pedagógicos que intervenha nas dificuldades que se apresentam junto ao discente em sala de aula. A criança/aluno que faz parte da inclusão precisa de atenção dobrada, uma vez, que a especificidade exige esse cuidado do educador, e quando não é dado o apoio devido ao professor para garantir um aprendizado que promova o conhecimento do estudante, a educação torna-se um elemento enfraquecido, pois esbarra em outros problemas triviais que também dificultam do dia a dia de sala de aula, que exigem a atenção e amparo do professor.

Assim, em continuidade a investigação, a pesquisa apresentando as respostas das perguntas objetivas que indicaram opiniões em mais de uma opção sobre quais fatores que afetam a melhoria e qualidade do processo de inclusão no contexto de sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações expõem o pensamento de missão cumprida diante do estudo científico sobre os desafios que cruzam o alcance de resultados positivos na educação especial e inclusiva, nessa perspectiva, se almeja pelo presente documento incentivar outros pesquisadores a buscarem cada vez mais a qualidade pelo ensino que faz toda diferença na vida do aluno que necessita dele. E essa diferença pode ser um pilar a mais para a dignidade de quem é diferente ou especial.

Diante de toda pesquisa realizada conclui-se que o objetivo foi alcançado ao buscar analisar os fatores que interferem ou desafiam o processo ensino aprendizagem dos alunos especiais, espera-se que, as informações tragam uma contribuição importante à pesquisa científica e acadêmica na perspectiva de melhorias e qualidade na educação especial no que tange a inclusão dos alunos em sala de aula. No primeiro momento se desejou estudar esses fatores dentro de uma visão científica que contribuísse com respostas reais sem suposições ou intenções ao caso em evidencia.

Deste modo, na descrição do que consistia as dificuldades pedagógicas dos professores junto ao processo de inclusão do público da educação especial das séries iniciais da escola estadual Araújo Filho em Parintins/AM, se confirmou a hipótese quando demonstrou a falta de conhecimento das leis da educação especial e inclusiva em suas alterações documentais que acontece constantemente perante as esferas federais, estaduais e municipais, a ausência de oportunidades ao professor do ensino regular em participar das formações trouxe esse distanciamento, além da falta de informação das especificidades do alunos em seu CID que indica sua dificuldade, tendo nas práticas pedagógica de ensino pouco conhecimento e base, ou seja, atividades elaboradas sem ajustes a realidade do discente e baixa qualidade na aprendizagem, os registros expostos, afirmam-se como fatores que interferem no desenvolvimento da formação discente, entretanto, a pesquisa mostra que tais resultados negativos podem ser superado com ações concretas que minimizem os transtornos da inclusão, com metodologias de atividades estudadas e apropriadas ao aluno, equipe pedagógica atuante junto as necessidades que precisarem de ajuda, apoio e acompanhamento de recursos que estimule o auxílio ao docente do ensino regular em sua prática de sala de aula, além da oferta de formações que viabilize avanços aos segmentos docentes e escolar.

REFERÊNCIAS

ANÇÃO, Carla DI Benedetto: Educação Inclusiva: análises de textos e contextos; Universidade Estadual de Londrina, 2008.

BRASIL. LDB –Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.6. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

CORCINI, Marli Aparecida Casprov; CASAGRANDE, Rosana de Castro: Educação Especial e sua Trajetória Histórico-Política: uma abordagem por meio de grupos de discussão, os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor do PDE, Paraná, 2016.

Gil, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social / Antônio Carlos Gil. - 6.ed. - São Paulo: Atlas,2008.

HENÁNDEZ, Sampieri Roberto Metodologia de pesquisa/Roberto Hernádes Sampieri, Calos Fernández Collado, María del Pilar Baptista Lucio; tradução: Dais Vaz de Mores; Revisão técnica: Ana Gracinda Queluz Garcia, Dirceu da Silva, Marcos Júlio. -5. ed.-Porto Alegre: Penso, 2013.

GARCIA, Vinicius Gaspar; Pessoas com Deficiências e o Mercado de Trabalho: histórico contexto contemporâneo, Campinas - SP, 2010.

SILVANO, Adria Generoso: Na História dos Deficientes a Singularidade da Vida de Neiva Maria Vefago, Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC Criciúma, 2009.

FERREIRA, Mônica Misleide Matias; FRANÇA, Aurenia Pereira de: O Autismo e as Dificuldades no Processo de Aprendizagem Escola, Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia. v.11, nº 38, Edição eletrônica em <http://idonline.emnuvens.com.br/id>, ISSN 1981-1179, 2017.

LEI Nº 13.146 DE 06 DE JULHO DE 2105: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. (Estatuto da pessoa com Deficiência).

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13146.htm>. 16 jun. 2016.

RIBEIRO, Thiago; CASA, Mesa Gabriela: A Educação Especial no Brasil: legislação e breve contexto histórico; Revista Professare, ISSN: 2238-9172, Cacador, v.7, n. 3 (17), p. 34-46, 2018. [www.researchgate.net>publication](http://www.researchgate.net/publication)

BERTOLIN, Fabiana Neves, BARNI Edí Marise: O Trabalho Interdisciplinar como Potencializador de Aprendizagens na Perspectiva da Educação Inclusiva. Organizador: Willian Douglas Guilherme. Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas, cap. 17, Ed. Atena, Ponta Grossa (PR), 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL MEC/SEESP/GAB; Nota Técnica 19/2010; Profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino, 2010.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis; LACHMAN, Vivian; BORTOLINI, Ernani: Educação Especial, o Longo Caminho: da antiguidade aos nossos dias, vol. 9, nº 21, 2019. UCHÔA, Yasmin Figueiredo: A Criança Autista na Educação Infantil: desafios e possibilidades na educação inclusiva, Campina Grande – PB, 2015.

XAVIER, Antônio Roberto: História e Filosofia da Educação: da Paideia Grega ao Pragmatismo Romano, Revista Dialectus. Ano 3, nº 9, setembro – dezembro, 2016

SEDUC/AM - Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino; Fórum Estadual de Educação do Amazonas - FEE/AM: Plano Estadual de Educação do Amazonas - PEE/AM, Manaus-Amazonas, 2015.

YARAIAN, Nathalia Ghiraldelo; DESTRO, Carla Roberta Ferreira: A Jornada Histórica da Pessoa com Deficiência: a importância da declaração universal de 1948, Toledo, Encontro de Iniciação Científica – ETIC, ISSN – 21-76-8498, 2018.